



Universidade de Brasília

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FE**

**A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMA DE COTAS NA UnB:  
SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS CURSISTAS DE PEDAGOGIA**

Júnia Luz de Souza

Brasília, DF

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS0729p SOUZA, Júnia luz de  
A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMA DE COTAS NA  
UnB: SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS CURSISTAS DE PEDAGOGIA  
/ Júnia luz de SOUZA; orientador OTÍLIA MARIA A. N. A.  
DANTAS. -- Brasília, 2017.  
50 p.

Monografia (Graduação - PEDAGOGIA) -- Universidade de  
Brasília, 2017.

1. AÇÕES AFIRMATIVAS. 2. RAÇA. 3. INCLUSÃO. 4. POLÍTICAS  
PÚBLICAS. 5. PEDAGOGIA. I. A. N. A. DANTAS, OTÍLIA MARIA,  
orient. II. Título.

JÚNIA LUZ DE SOUZA

**A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMA DE COTAS NA UnB:  
SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS CURSISTAS DE PEDAGOGIA**

Trabalho Final de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Otília Maria A. N. A. Dantas.

**Comissão Examinadora:**

Profa. Dra Otília Maria A. N. A. Dantas (orientadora)  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Iracilda Pimentel Carvalho (examinadora)  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Luciane da Rocha Santos da Cunha (examinadora)  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/PPGE-AC

Profa Renísia Garcia Filice (examinadora suplente)  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF

2017

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, meu socorro presente na hora da angústia, às minhas filhas Maria Luíza e Manuella, e minha mãe Aparecida que são inspirações e exemplos de força e segurança em minha vida. Guardo uma dedicação especial à Professora Otília sem a qual não conseguiria chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por permitir que tudo isso acontecesse em minha vida ao longo dessa caminhada. Pois não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos da vida Ele é o maior mestre que alguém poderia conhecer.

Agradeço, ainda, à Universidade de Brasília, à direção e administração e à equipe de manutenção de patrimônio desta Instituição maravilhosa.

Às professoras Dra. Otília Maria, Ana Catarina, Cynthia Cerqueira, Liége, Norma Lúcia, pela orientação, apoio e confiança.

Às minhas amigas e aos meus amigos: Mariana, Jeniffer, Arlete, Milena, Nathalia, Josielena, Stefany, Larissa, Antônia Simone, Wanessa, Betiza Henrique, Marcos e Diego, que são, todos, luzes em minha vida.

À minha família: minhas filhas Maria Luiza e Manuella, meu esposo Waldemir, minha mãe Aparecida e meu irmão Maicon.

Aqui vai meu muito obrigada. Sem vocês não conseguiria concluir esta minha 'batalha'.

*“Escreva algo que valha a pena ler ou faça algo que valha a pena escrever”*

*Benjamin Franklin*

## RESUMO

O tema/problema deste estudo pauta-se em investigar o percurso formativo dos estudantes contemplados pela Política de Ações Afirmativas e sistema de cotas da Universidade de Brasília. O interesse surgiu em estudar o engajamento dos cursistas de Pedagogia, bem como avaliar, desde o lançamento desta política, as contribuições e possibilidades para a inserção social dos envolvidos. A pesquisa apresenta como objetivo geral analisar as contribuições da Política de Ações Afirmativas e sistema de cotas para a formação do pedagogo na UnB. A metodologia empregada pautou-se no estudo bibliográfico dos fundamentos teóricos da política de Ações Afirmativas, bem como aplicado questionário aos alunos contemplados na Faculdade de Educação da UnB com as ações afirmativas. Os resultados apresentam que as Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no presente. Trata-se, também, de medidas que tem como objetivo combater discriminações étnicas e raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. Destas questões acerca das ações afirmativas, neste trabalho, focaremos os aspectos voltados exclusivamente para uma tipologia específica de ações afirmativas, a saber, as cotas raciais ou étnicas - seu entendimento, de cunho teórico, e aplicação prática no seio da Universidade de Brasília. As conclusões apresentam que o curso de Pedagogia, desde 2004, tem absorvido um número significativo de cotistas, seja pelo vestibular, pelo Sisu ou pelo PAS. Constata-se que o índice de desistência é pequeno em relação ao volume de estudantes que permanecem no curso. Sabe-se, também, que as mulheres são em maior número na entrada e permanência no curso. Esperamos que este trabalho possibilite vislumbrar novas perspectivas de inserção social e acadêmica dos pesquisados no sentido de oportunizar-lhes a autonomia, o exercício da cidadania e a emancipação.

**Palavras-Chave:** Ações Afirmativas. Raça. Inclusão, Políticas Públicas. Pedagogia.

**ABSTRACT**

The theme / problem of this study is to investigate the formative course of the students contemplated by the Policy of Affirmative Actions and quota system of the University of Brasilia. The interest arose in studying the engagement of the Pedagogy students, as well as evaluating, since the launch of this policy, the contributions and possibilities for the social insertion of those involved. The research has as general objective to analyze the contributions of the Affirmative Action Policy and quota system for the education of the pedagogue in UnB. The methodology used was based on the bibliographic study of the theoretical foundations of the policy of Affirmative Actions. For this, the Discourse Analysis was used as a research technique. The results show that Affirmative Actions are focal policies that allocate resources to the benefit of people belonging to groups that are discriminated against and victimized by socioeconomic exclusion in the past or present. These measures are aimed at combating ethnic, racial, religious, gender, or caste discrimination, increasing the participation of minorities in the political process, access to education, health, employment, material goods, social protection networks and / or cultural recognition. From these questions all about affirmative actions, in this work, we will focus exclusively on a specific typology of affirmative actions, namely racial or ethnic dimensions - their understanding, theoretical and practical application within the University of Brasilia. The provisional conclusions show that the Pedagogy course, since 2004 has absorbed a significant number of quotaters, either by the vestibular, Sisu or PAS. It is observed that the dropout rate is small in relation to the number of students who remain in the course. It is also known that women are in greater numbers at entry and stay in the course. We hope that this work makes it possible to envisage new perspectives of the social and academic insertion of the respondents in the sense of giving them autonomy, the exercise of citizenship and emancipation.

**Keywords:** Affirmative Actions. Breed. Inclusion. Public Policies.  
pedagogy.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
SUMÁRIO .....	9
INTRODUÇÃO .....	9
PARTE I – MEMORIAL FORMATIVO .....	9
1. FORMANDO O SUJEITO JUNIA LUZ .....	13
PARTE II – MONOGRAFIA .....	13
2. A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMA DE COTAS NA UNB: SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS CURSISTAS DE PEDAGOGIA.....	20
2.1. <i>Breve História: A constituição da Identidade no contexto da Raça</i> .....	21
2.2. <i>Breve retrospectiva da política de Ações Afirmativas no Brasil</i> .....	25
3. A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E SEU REFLEXO NO CURSO DE PEDAGOGIA.....	28
3.1. <i>Caracterização dos sujeitos</i> .....	29
3.2. <i>Sobre as políticas de cotas raciais da Universidade de Brasília</i> .....	34
3.3. <i>Opção pelo curso de Pedagogia</i> .....	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
REFERÊNCIAS .....	41
APÊNDICE .....	43

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de alguns anos de estudo desenvolvidos na Universidade de Brasília, por ocasião de minha formação em Pedagogia. O tema “a política de ações afirmativas e sistema de cotas na UnB: sua influência na formação dos cursistas de Pedagogia”, me oportunizou pensar, especialmente, minha formação para entender este processo o qual tenho sido contemplada, mas que atinge um número considerável de brasileiros/as, para além da UnB.

Os estudos a que me referi foram iniciados em 2015 culminando com o trabalho que hora apresento. Iniciei em 2015, orientada pela professora doutora Otília Dantas investigando a política de ações afirmativas na Universidade de Brasília visando compreendê-la como política de educação. No edital do ano seguinte (2016), demos continuidade aos estudos mergulhando então no espaço da Faculdade de Educação, em especial no Curso de Pedagogia para verificar nos dados estatísticos, quantos e quem eram os contemplados no curso de Pedagogia com as ações afirmativas. Em 2017, tivemos oportunidade de conhecer alguns destes contemplados no intuito de como as políticas de Ações Afirmativas tem afetado os cursistas de Pedagogia.

É com todo esse movimento que construí este Trabalho de Conclusão de Curso. O trabalho está constituído em duas partes: a primeira, o Memorial Formativo que exponho recortes de minha história de vida. Ali exponho momentos em que tive, em defesa de minha inserção social, lutar para garantir meus direitos de cidadã. O fiz assim, para justificar meu objeto de estudo abordado na segunda parte do trabalho, a monografia. Neste momento, intencionalmente inserida no espaço acadêmico-científico, analiso este objeto de estudo, para mim tão caro. No momento, visando atrair o leitor a mergulhar comigo neste produto, introduzo a temática a partir do *lócus* em que foi desenvolvida a pesquisa – A Universidade de Brasília.

A Universidade de Brasília realizou o primeiro vestibular com o sistema de cotas em junho de 2004, foi uma das pioneiras na aplicação prática do sistema de cotas raciais, oportunizando assim a igualdade de oportunidades para um grupo específico de considerados excluídos de seus direitos. Com a implementação observa-se que houve a tão almejada inserção social e acadêmica no sentido de oportunizar-lhes a autonomia, o exercício da cidadania e a emancipação. Entretanto, a permanência com qualidade foi uma realidade. Neste sentido, movida por esta questão, deseja-se saber sobre os cotistas egressos do Curso de Pedagogia da UnB, em particular do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, sentiram-se incluídos socialmente.

Interessou-nos (a mim e a minha orientadora) investigar o percurso formativo dos estudantes contemplados pela Política de Ação Afirmativa e sistema de cotas da universidade de Brasília e o engajamento desses cotistas, em especial dos cursistas de Pedagogia, bem como avaliar, desde o lançamento desta política, as contribuições e possibilidades para a inserção social dos envolvidos.

Desse modo, o estudo teve como **objetivo geral** analisar as contribuições da Política de Ações Afirmativas e sistema de cotas para a formação do pedagogo da Universidade de Brasília.

Os **objetivos específicos** visam:

- Reconstituição histórica e política dos negros no mundo capitalista e no Brasil;
- Retratar os resultados da política de ações afirmativas implementado na Universidade de Brasília, em especial no curso de Pedagogia.

A metodologia adotada nesta pesquisa, de natureza quali-quantitativa, se desenvolveu a partir de uma perspectiva empírica, coletando dados documentais e dos participantes contemplados pela Política de Ações Afirmativas no intuito de atender o objetivo da investigação. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica no sentido de apresentar e contextualizar esta política pública de educação.

Os estudos iniciais nos levaram a sistematização da análise do quantitativo coletado do banco de dados do Curso de Pedagogia da Faculdade

de Educação da Secretaria de Administração - SAA/UnB referentes ao número de ingressantes cotistas raciais no Curso de Pedagogia desde o seu lançamento na UnB durante os anos de 2004 a 2015. Os sujeitos pesquisados: 258 alunos cotistas pela categoria Cor ou Raça preto, parda e indígena, beneficiários do sistema de cotas. A maioria dos estudantes (89%) é do gênero feminino e residentes no entorno de Brasília (Regiões Administrativas). Estes alunos concluíram o curso de Pedagogia entre 2012 e 2014 e todos se declaram solteiros.

Em seguida foi aplicado um questionário (Apêndice A) enviado por email aos contemplados pelas cotas raciais na no curso de Pedagogia da UnB entre os anos 2004 a 2015. No capítulo seguinte detalharemos os resultados analisando as contribuições da Política de Ações Afirmativas e sistema de cotas para a formação do pedagogo da UnB.

Envidadas as intenções, convido o leitor a mergulhar comigo nesta empreitada na esperança de sensibilizá-lo com a luta que não tem lados, nem cor, nem ideologia, mas que visa a garantia de direitos e a possibilidade de transformação social.



**Parte I – Memorial Formativo**

## 1. FORMANDO O SUJEITO JUNIA LUZ

Chamo-me Júnia Luz de Souza e é bastante peculiar a minha história, começando pelo meu nome. Nasci em 03 de Outubro do ano de 1988 – dois dias antes da promulgação da, até então, nova Constituição Brasileira. Meus pais são goianos, minha mãe Aparecida é de Pirenópolis/GO e o meu pai João é de Niquelândia/GO. Nunca foram casados, até tentaram, mas não deu muito certo. Meu pai muito “moleque piranha” e minha mãe filha de um casal tradicional católico e que só sairia de casa casada, viu sua vida revirar de cabeça para baixo quando em sua primeira relação sexual (pedido feito pelo meu pai como prova de amor) ficou grávida. Meu vô, seu Calixto muito, “certinho” expulsou minha mãe de casa pois queria “lavar sua honra”. Ela que foi morar na casa da minha bisavó Neném. Nossa que vergonha não sei o nome dela! – o que também não deu muito certo, pois morar com seus familiares já é bem difícil às vezes, imagina morando com uma família toda orgulhosa, desestruturada e que não te aceita.

Meu pai, nessa época, era do exercito e então disse para minha mãe que Padre Bernardo/GO não tinha futuro e que se eles quisessem ter algum futuro juntos eles teriam que vir para Brasília. Meu pai, lógico, como sempre egoísta, tinha onde ficar e minha mãe coitada boba e apaixonada veio com uma barriga de uns 6 meses mas não tinha onde ficar. Nos primeiros dias achou uma casa de uma prima que morava de aluguel em Brazlândia e mesmo grávida tentou arrumar um emprego. Foi quando achou uma amiga das antigas, na verdade um anjo, dona Raimunda que ofereceu a casa dela por quanto tempo precisasse até arrumar um emprego e conseguir se manter.

Passados três meses eis então que minha mãe sente as contrações de parto, e a Dona Raimunda que será minha madrinha, a leva para o HRAN junto com o meu pai. Aí começa a história do meu nome, naquela época até que tinha ultrassom, mas era inconcebível fazer por motivos financeiros, meu pai ciente que seria um menino, estava todo “prosa” e minha mãe com instinto materno disse que seria uma menina. Como era supersticiosa ela pensava que

se batizasse com um nome de uma pessoa importante eu herdaria a profissão dela. Foi então que quis homenagear a primeira professora dela que se chamava Refisky.

Nossa, minha madrinha ficou horrorizada com o nome e meu pai só pensava em nome de menino, os dois (minha madrinha e o meu pai) desnorteados foram andar pelo hospital para pensar em nomes porque Refisky não dava para imaginar nem pronunciar esse nome. Foi quando uma pediatra neonatal foi me examinar e adivinha o nome dela, Júnia é claro! Minha madrinha já brilhou os olhos e o meu pai gostou. Só faltava convencer a minha mãe que por muito acabou "dando o braço a torcer". Três dias depois do meu nascimento minha madrinha pede para que um de seus filhos busque a minha mãe e eu no hospital, então Waldemir um dos mais novos se prontifica e vai todo atencioso e cuidadoso, além de buscar no hospital ele também ajudou a minha mãe durante o período de resguardo.

Passado alguns meses minha mãe consegue um emprego como doméstica, pois em Brasília, naquela e ainda hoje, mulher negra e com pouco estudo nunca teve opção de trabalho. Felizmente o que ganhava dava para pagar um aluguel e eu com apenas sete meses tive que ir para uma creche em Brazlândia. Depois de muitas idas e vindas, muitas brigas, muitas traições por parte do meu pai, a união deles teve uma sobrevida de três anos.

Há vários discursos que acabei encurtados pois como discutido em aula, não há como reconstruir totalmente o passado. Por mais que se tente há diferença entre memória e História: se a História tem por objeto de estudo o passado, este só pode ser alcançado através de discursos, da leitura e elaboração de textos, do trabalho de interpretação.

Lembro que fui muito maltratada na creche e tive que ficar 7 anos por lá, pois não tinha com quem ficar e minha mãe precisava trabalhar. Infelizmente, nos anos 90 a vigilância das creches era bastante negligenciada. Presenciei e sofri, frequentemente, atos de agressão física e xingamentos. O que eu aprendi foi o que minha mãe me ensinou. Fui alfabetizada e letrada com ela e as atividades pedagógicas eram enfeites de paredes.

Lembro que em 1996 fui para o Caic Professor Benedito Carlos de Oliveira. Nesta escola havia uma proposta bem legal, mas lembro de que tinha um jogo de empurra-empurra terrível quanto ao projeto político da escola. Lógico que naquela altura da vida eu não entendia nada. Só lembro que teve uma greve gigantesca de uns três meses e minha mãe perdeu o emprego por não ter com quem deixar seus filhos.

Ah! Tem uma parte da minha historia que aparece os meus irmãos de criação que são filhos da minha tia Vanda que faleceu num acidente de moto deixando três filhos pequenos e minha mãe prontamente pegou dois de seus filhos para livrar minha vó Sebastiana de cuidar de um grande fardo sozinha. A essa altura do campeonato meu vô teve que engolir todo o seu orgulho, pois suas duas filhas dos oito filhos que teve se tornaram mães solteiras. Foi nessa época também que surgiu o Novo Assentamento de Brazlândia, minha mãe acabara de ficar desempregada e uma amiga tinha invadido um lote e cedeu esse espaço para que nós tivéssemos um teto sobre nossas cabeças. Findado a terrível greve, minha mãe tendo onde deixar seus filhos conseguiu emprego como gari na Associação dos carroceiros e foi quando entrou o governo do Cristóvão Buarque que implementou o programa Bolsa Escola que concedia um salario mínimo a crianças carentes estudantes de escola publica. Minha mãe, empregada e ganhando um salário mínimo “extra”, decidiu que era hora de ter a casa própria e tinha nessa época um loteamento em Águas Lindas/GO.

O parcelamento foi terrível. Muito alto para quem ganhava pouco mais de dois salários mínimos, lembro que passamos muito arrocho para poder pagar aquele lote, mudamos para a cidade do entorno e logo minha mãe percebeu que era um lugar muito perigoso e que tinha que mudar de lá o quanto antes. Surgiu, então, a oportunidade de vender o lote e comprar outro em Padre Lúcio. Pronto, missão casa própria cumprida, agora faltava, missão se manter.

Novamente minha mãe ficou desempregada e o que nos restava era o dinheiro do programa Renda Minha. Na época eu estava com 12 anos cursando a antiga 6ª serie. Lembro-me da disciplina de História. Uma disciplina bastante conteudista, pois sempre havia longos textos e memorização de datas

o que não era nada proveitoso. Lembro que as professoras escolhiam algum aluno para copiar no quadro enquanto ela cuidava do seu diário, planejamento, etc. Mas na sétima e oitava series tive um professor maravilhoso, o Cláudio, mais conhecido como Chamas. Este professor é cantor de Rap e tem um grupo até hoje chamado Voz Sem Medo. A maneira que ele explicava o conteúdo era divino, pois não era aquele vômito de conteúdo, mas usava um método muito proveitoso. Lembro que eu comemorava o 13 de Maio e era a única negra da sala e ele falava que essa data não tinha que ser comemorada e eu não entendia porquê. Eu fui entender anos depois. Considerava este professor inovador, pois trazia filmes e promovia debates. Ele foi para mim um marcante professor.

Em 2004 fui para o Ensino Médio no Centro de Ensino Médio – CEM 01. Senti um choque naquele lugar, pois constatei que tudo o que havia aprendido era insuficiente perto do que sabiam os outros estudantes. Eu e minha mãe fazíamos diárias para nos manter enquanto os estudantes desfilavam com tênis que na época valiam uns dois salários. Eu era bastante revoltada e queria por tudo largar aquela escola porque não tinha as mesmas condições que os meus colegas. Os livros eram comprados, não tinha merenda escolar e os professores nada flexíveis com a realidade dos mais pobres. Lembro que muitos amigos desistiram por não ter dinheiro na época, só que a minha mãe e minha madrinha não me deixavam sair da escola.

Eu queria trabalhar, ganhar dinheiro, não dava muita importância pois não me sentia parte daquele lugar, mas nesse ano minha madrinha descobriu um câncer e pediu para que todo fim de semana eu cuidasse dela e assim ela me ajudaria a ter o dinheiro necessário para poder ajudar em casa e poder continuar estudando. Minha madrinha falou que eu a salvei aquele tempo, mas na verdade foi ela quem me salvou, lógico que eu não aceitei o dinheiro pois ela sempre nos ajudava e um filho não cobra dinheiro para cuidar de uma mãe doente.

O pedido de minha madrinha e da minha mãe era não largar o Ensino Médio, mas a minha realidade com a dos meus colegas era muito distinta. Lembro que na aula de filosofia era mero decoreba e a aula de historia foi uma extensão do que eu tinha aprendido com o professor Chamas. Ainda bem que

eu tinha aprendido, sempre tinha notas boas nas áreas das humanas e até sonhei em estudar na UnB. Entretanto, quando dizia isso caçoavam de mim, pois para eles a UnB era só para rico. Negra e pobre, coitada, uma nova utopia. Nessa época comecei a namorar com o filho da minha madrinha e até o final do ensino médio a minha madrinha viera a falecer.

Assim que terminei o Ensino Médio no final do ano de 2006 eu, crente que conseguiria um emprego um pouco melhor, engano meu, fiquei dois anos fazendo bico como diarista até conseguir alguma coisa decente. A essa altura já estava morando com o Waldemir. Tive um pequeno período para construir o meu futuro, mas logo fiquei grávida e quando minha filha nasceu tive que largar o trabalho para poder cuidá-la. Fiquei dois anos fora do mercado de trabalho, mas foi bom. Assim que voltei a trabalhar já com 24 anos, não havia mercado para jovens mães e só com Ensino Médio.

Consegui um emprego como auxiliar de limpeza, pensado eu que dava para conciliar um trabalho pesado desses com os afazeres de casa e com os estudos que eu queria recomeçar. Desde que terminei o Ensino Médio sempre prestava vestibular para UnB, mas sempre ficava no quase e por preconceito meu eu não tentava pelas cotas.

Em 2013 decidi concorrer pelas cotas raciais. Depois de largar o emprego tentar estudar para concurso tentei prestar vestibular mais uma vez e dessa vez por minha decisão seria a última e por cotas, passei! Custei a acreditar no resultado e assim que comecei a estudar nesse lugar divino, que não é só para rico como meus colegas falavam era apenas mal distribuído, entendi o valor no ensino e me conheci. Tive minha identidade, os meus valores revelados e respeitados. Enfim, contemplada com a Política de Ações Afirmativas na Universidade de Brasília, entrei no Curso de Pedagogia e tenho tido muitas alegrias com o que tenho aprendido neste curso e neste espaço educacional.

As Ações Afirmativas me foram tão importantes que resolvi pesquisá-las durante minha formação. Desenvolvi estudos e pesquisas como bolsista de Iniciação Científica do ProIC-Ações Afirmativas.

Confesso que chegando agora na reta final de conclusão de curso me auto-sabotei várias vezes. Tive uma gravidez não planejada e a minha revolta e aceitação de um novo ser em minha vida provocou um tornado de sentimentos em mim, na maioria das vezes bom. Agora encontro-me na fase final, mas desejo permanecer neste lugar (UnB) onde ainda tenho muito a aprender e empreender. Mas, é hora de partir e trilhar novos rumos, as minhas Manuella e Maria são bênçãos em minha vida. Todavia, se ser mãe universitária é difícil, manter-se numa universidade com duas filhas é quase impossível. Mesmo assim, sinto um misto de nostalgia com vontade de quero mais.



**Parte II – Monografia**

## **2. A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMA DE COTAS NA UnB: SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS CURSISTAS DE PEDAGOGIA.**

As ações afirmativas foram criadas com o intuito de reduzir as disparidades existentes entre pessoas de diferentes grupos (brancos e negros). Elas existem em diversos meios, porém, é mais sentida no setor público – como no ingresso no Ensino Superior e recentemente na seleção para concursos públicos.

As cotas raciais são uma espécie de remédio com a ação direta contra a desigualdade num sistema sócio-político que privilegia um grupo racial em detrimento de outros. Ao contrário do que diz o senso comum, cotas raciais não se aplicam somente a pessoas negras, existem cotas para indígenas e seus descendentes e pessoas autodeclaradas pardas, daí a classificação PPI (Pretos, Pardos e Indígenas).

Para que possam ter direito ao ingresso por cotas, os pleiteantes as vagas usam um termo de preenchimento fornecido no ato da entrevista, onde estes se auto declaram e assinalam uma das opções: preto, pardo ou indígenas. Na Universidade de Brasília, os candidatos passam por uma entrevista gravada em vídeo, e a partir daí conseguem a garantia documental do uso dessa política afirmativa. A existência dessa entrevista, por exemplo, é algo que causa divergências quando se trata de cotas raciais, por ser de natureza subjetiva. Porém, ressalta-se que houve um avanço significativo nos aspectos de seleção por cotas da Universidade de Brasília.

Pode se explicar a existência das cotas raciais por meio da luta pela equidade para que consigamos atingir a igualdade, pois não há como praticar a igualdade formal, se a igualdade material não é concreta, a igualdade anula qualquer diferença que possa existir entre os seres humanos e por isso a equidade deve ser temporária para que se tenha a igualdade permanente, sobre isto encontramos em Garcia (2011, p. 15) que:

É preciso ter claro que um olhar mais atento para os negros não significa beneficiar um segmento em detrimento de outro. Refere-se a tratar o desigual – já que é assim que o negro vem se constituindo historicamente –, como desigual, por um período de tempo, para que, no futuro, se possa de fato (e de direito) galgar a igualdade.

Levantada à hipótese de duas pessoas, onde elas vivam em situação de desigualdade e forem concorrer nas mesmas condições, é certo que a desigualdade se perpetuará. Seria as ações afirmativas uma maneira de colocar essas pessoas no mesmo patamar de concorrência?

As desigualdades no Brasil abrangem o âmbito econômico, social e, principalmente o educacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, os negros representam 53,6% da população brasileira, ainda assim, estão numa minoria de espaços considerados importantes tais como chefias de empresas e outros cargos de relevância social, 12% da população preta e 13% da parda têm ensino superior e infelizmente diferença no nível de escolaridade é refletido na renda, o salário da população negra equivale a 59,2% da população branca. O quadro da desigualdade social entre negros e brancos ocorre perante a diferença de oportunidades e está historicamente relacionada à escravidão.

## **2.1. Breve História: A constituição da Identidade no contexto da Raça**

A escravidão no Brasil inicialmente aconteceu com os povos indígenas que, sob a bênção da Igreja Católica, foram explorados pelos portugueses. Para estes, os nativos representavam o atraso justificando o extermínio dos índios e a ocupação de suas terras como o mal necessário para o progresso do Brasil.

O índio era escravo à mão, economizando o transporte desde a África. Bastava captura-lo. O problema do trabalho escravo foi fundamental: o Regimento dado ao primeiro Governador Geral

do Brasil obrigava-o a “reduzir o gentio à fé católica”. Na prática isso significa conquistar o índio – se necessário escravizando-o – para explorar o país. (CHIAVENATO, 2012, p. 86)

A escravidão aconteceu com os negros pelos portugueses, antes da exploração colonial no Brasil, em África. A expansão marítima Portuguesa propiciou um ensaio de escravidão, o que facilitou a compra e a captura dos africanos.

Para os portugueses, o país não teria como engrandecer sua estratégia expansionista e colonizar terras estranhas e ricas com o seu próprio país despovoado. Destarte, não navegaria em busca de suas riquezas se não houvessem escravos trabalhando no campo, com a apropriação do território brasileiro e diante da necessidade de um grande número de trabalhadores para ocuparem, inicialmente as grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar.

Com isto dar-se início ao tráfico negreiro para o solo brasileiro. Feita a exploração e dominação do litoral africano os portugueses arrancaram os negros de sua terra natal forçando-os a mão de obra escrava. Foi estabelecido o tráfico negreiro, uma realidade que atravessou séculos extraíndo vários negros de suas origens para terem seus corpos escravizados.

A escravidão africana foi justificada pelo crescimento da demanda econômica, pelo discurso religioso cristão da época, que definiu a exploração escravocrata como um “castigo” para aproximar os negros do cristianismo.

O escravismo gerou uma ideologia para justificar-se política e moralmente. Legitimou sua existência usando os preconceitos nascidos do trabalho escravo como fundamentos ideológicos que reduziam o negro a “ser inferior”, garantindo o “direito ético” das classes dominantes de usá-lo sem considerar a sua condição humana. O negro era a besta de trabalho: não se questionou ou sequer se pensou a sua humanidade. (CHIAVENATO, 2012, p.137)

Após a abolição da escravatura os negros deixaram as senzalas e subiram para os morros onde passaram a ser marginalizados até os dias de hoje e apesar de tamanha dor e abandono, considera-se o racismo estrutural, institucional e interpessoal, pois os negros no Brasil são os que mais são

assassinados, têm menor índice de escolaridade, os menores salários, a maior taxa de desemprego, o menor acesso à saúde, os que morrem mais cedo e têm a menor participação no Produto Interno Bruto. É também a parte mais representada nas prisões e os que ocupam menos postos no governo. Por isso os programas de inclusão social que visam à diminuição da discriminação negativa contra grupos tradicionalmente excluídos da sociedade por motivos como raça, gênero, idade, origem nacional e compleição física.

Segundo Madruga (2005, p. 97), conforme citado por Lucillana Oliveira (2009, p. 10):

Isso porque, ao se propor o incremento de políticas de discriminação positiva, respeitados os princípios do pluralismo e da dignidade da pessoa humana, não se deixa de levar em conta as injustiças cometidas no passado, as quais se refletem nos dias atuais na forma de desvantagens socioeconômicas e, tampouco, deixa-se de considerar que é preciso uma distribuição mais equânime de oportunidades entre aqueles marginalizados socialmente.

Diante desta realidade, como ocorre e para quem se destinam as políticas de ações afirmativas no Brasil?

No Brasil, nós negros somos 54% da população. É nítido o legado da escravidão, nossa estrutura social foi forjada no sofrimento, houve esforço intencional atuante e fraudulento com apoio internacional a tese do branqueamento<sup>1</sup>, descolorindo e repintando com tinta de lágrimas, suor e sangue impondo assim novos traços, um apagamento uma forma de extermínio menos parecido com a guerra e o que resultou essa miscigenação?

Parda, mulata, morena, mestiço, compreende-se que a história nos pigmenta e a sociedade ainda lê os negros como marginais. A necessidade de

---

<sup>1</sup> A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca às vezes, pelo uso dos eufemismos raças 'mais adiantadas' e 'menos adiantadas' e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro - a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca, por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo - a miscigenação produzia 'naturalmente' uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte em parte devido as pessoas procurassem parceiros mais claras do que elas. (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca) (DIAS pág. 307 Apud, SKIDMORE, 1976, p. 81).

ter ascensão político-social na busca por justiça racial não conta com eufemismo, mas uma luta por protagonismo e sentir-se representado.

Ao contextualizar brevemente os sujeitos contemplados com a política de cotas, mesmo sabendo que todos eram cotistas, ou seja, descendentes de negros ou indígenas, há quem declarou-se pardo ou branco, a princípio foi intencional ter deixado o questionário disponível numa ferramenta da internet onde os participantes pudessem acrescentar ou alterar suas respostas. No entanto, o propósito do estudo foi mostrar se os sujeitos se sentiam reconhecidos na raça ou somente ao benefício que a política de ações afirmativas proporciona.

Segundo Louro, citado por Gomes (2012, p.42):

Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até contraditórias. Somos, então, sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos, desse modo, sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Por isso as identidades sociais têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural.

Ousar dizer, pertencer a um grupo social específico em razão de benefício próprio é desvalorizar toda luta empenhada para busca de igualdade tão almejada, pois:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2012, p. 41)

Há motivos para luta, quanto mais preto mais desigual, mas afinal preto é cor, negro que é raça. É preciso “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que historicamente ensina aos negros desde muito cedo que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo. Este é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as).” (GOMES, 2012, p. 43).

Foi preciso uma melhor compreensão sobre o conceito de raça e Gomes (2012, p. 45) discorre que:

[...] é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade [...] Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha.

Neste sentido entendemos que a configuração de RAÇA é social. Vejamos um exemplo: para nós brasileiros a expressão “negro” é quando não há sarcasmo é sinônimo de orgulho. Nos Estados Unidos da América, esta palavra tem um forte peso negativo. Se chamar alguém de negro (*nigga*<sup>2</sup>) é preconceito, mas preto (*black*) é honroso. No Brasil o sentido é oposto.

## 2.2. Breve retrospectiva da política de Ações Afirmativas no Brasil

As ações afirmativas são ações públicas que visam dar maior oportunidade ou outros benefícios para um determinado grupo alvo de discriminação dentro da sociedade. Essas ações visam corrigir uma situação que é socialmente indesejável e por isso dão “vantagens” ao grupo discriminado.

As cotas (raciais ou sociais) são o recurso utilizado para aplicação dessas ações afirmativas com a implantação da reserva de vagas para determinados grupos nas universidades brasileiras. Segundo Moehlecke (2009), este termo chega ao Brasil carregado de sentidos. Para Gomes (2012), o sistema de cotas estabelece um percentual a ser ocupado em área específica por grupo definido, o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e mais

---

<sup>2</sup> *Nigga* no Brasil entre as modinhas do rap significa "E ai Negão". A palavra *Nigga* não significa Negão, mas um termo pejorativo que vem da palavra *Nigger* que nos tempos sombrios da escravidão norte-americana era usado para se referir aos escravos africanos. Nos Estados Unidos equivale a referir-se ao negro escravo como se ele fosse sub-humano. Sobre isto veja: <http://www.noticiario-periferico.com/2014/07/o-real-significado-da-palavra-nigga.html#.WhhxLLbOo0o>

ou menos flexível. A Universidade de Brasília é um bom exemplo disto. O sistema de cotas é por percentual. Todos os cursos ofertam um percentual de vagas exclusivas para os negros, índios e estudantes das escolas públicas. Mais adiante abordaremos mais sobre isto.

Nos Estados Unidos, mais precisamente nos anos 60, as lutas e os direitos conquistados pelo movimento negro tiveram projeção nacional e apoio dos Liberais e Progressistas brancos, unidos em defesa de direitos. Neste momento se desenvolve a ideia de Ações Afirmativas exigindo do Estado garantias legais antissegregacionistas e uma mudança de atitude social em prol da melhoria da população negra.

A guinada rumo às ações afirmativas no Brasil deu início em 2001 na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, com apoio da ONU realizadas em Durban, África do Sul. Diante do exposto o Governo brasileiro interessou-se em demonstrar e cumprir resoluções elaboradas nos fóruns em nome dos princípios da igualdade. No mesmo ano a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro estabeleceu uma porcentagem das vagas das Universidades estaduais para pretos e pardos. Em 2002 o debate e a implementação de políticas de ações afirmativas com viés racial estendeu por várias universidades públicas tanto estaduais e federais diante da autodeclaração dos candidatos.

A Universidade de Brasília foi pioneira na adoção da política de cotas e estabeleceu os critérios adicionais além da autodeclaração numa reunião ocorrida no CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – decido por meio de votação a reserva de 20% do total de vagas do vestibular para negros em 2003.

O método utilizado para a identificação do candidato as cotas passaram por dois momentos. Inicialmente o candidato podia fazer sua inscrição somente nos postos de inscrição disponibilizados pela UnB. Posteriormente ele deveria ir a uma agência dos correios retirar uma ficha de inscrição e junto com um documento intitulado “Guia do Candidato” preencher devidamente e entregá-la em um posto de homologação de inscrição no Campus Darcy Ribeiro. Lá o candidato era fotografado e a sua foto era anexada ao processo que passaria

por uma banca avaliadora. Todo o trâmite antecederia a realização das provas do vestibular.

A partir do primeiro semestre de 2008 houve uma mudança onde se adotou o modelo de entrevista pessoal gravada em vídeo com uma banca avaliadora previamente constituída em que o candidato assina um termo de autodeclaração e submetido a uma entrevista com esta banca. A partir do primeiro semestre de 2013, por força do Decreto nº 7.824 3 de outubro de 2012, foi implantado na UnB o sistema de cotas para escola pública e abolida a banca de verificação, prevalecendo apenas a autodeclaração.

Diante deste contexto, no próximo capítulo abordaremos sobre **a política e as práticas de Ações Afirmativas na Universidade de Brasília e seu reflexo no Curso de Pedagogia.**

---

<sup>3</sup> Decreto nº 7.824 de outubro de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012 - que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

### **3. A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E SEU REFLEXO NO CURSO DE PEDAGOGIA**

A Universidade de Brasília é uma das instituições federais pioneiras na implementação da política de ação afirmativa, a chamada "Lei de Cotas", passando a reservar 20% dos cursos oferecidos pela instituição para os grupos específicos classificados por raça ou etnia, os pretos, pardos ou indígenas (PPI) no ano de 2003.

As cotas raciais são consideradas uma forma de ação afirmativa, com o objetivo de reduzir ou mesmo extinguir o racismo histórico de determinadas classes étnico/raciais. Para Almeida (2007) a política de cotas raciais são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Logo, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. O propósito das ações afirmativas existe em duas vertentes: uma com caráter reparatório (compensatório) e a outra com caráter distributivo. A primeira pauta-se pela necessidade de ressarcimento pelos prejuízos causados no passado a determinados grupos sociais, enquanto a segunda, caracteriza-se pela distribuição de direitos e vantagens às chamadas minorias. Segundo Madruga, conforme citado por Oliveira (2009, p. 09):

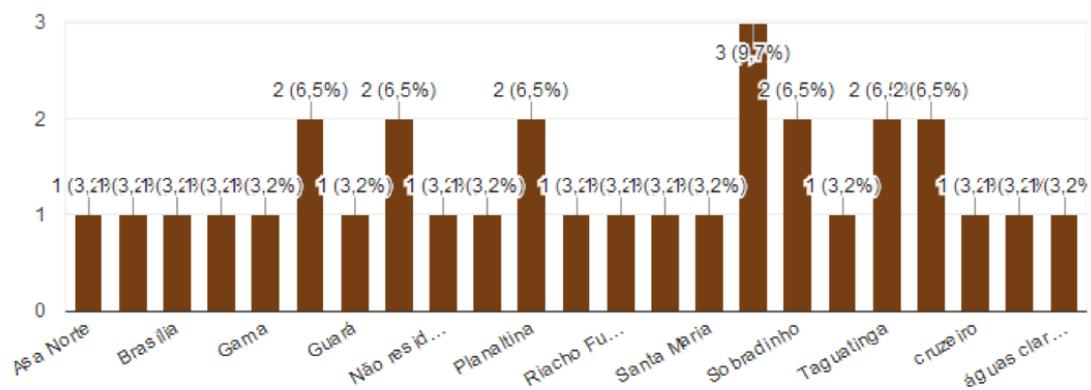
[...] para os adeptos da primeira corrente, a discriminação positiva surge em forma de justiça compensatória. Procura-se, portanto, compensar, reparar aqueles que foram submetidos a alguma forma de discriminação. Os grupos minoritários, até então oprimidos, passariam a ser compensados por algum tipo de resignação antes sofrida.

Partindo da proposição destas ações afirmativas como política reparatória que desenvolvemos esta pesquisa, tendo como *locus* a Universidade de Brasília e os sujeitos os cursistas contemplados com a política de cotas raciais.

### 3.1. Caracterização dos sujeitos

Os cotistas pesquisados, egressos do curso de Pedagogia entre 2005 a 2015, são residentes nas diferentes regiões administrativas do Distrito Federal, como destaca o gráfico 1.

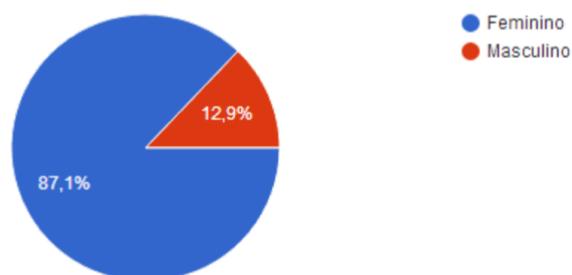
Gráfico 1. Local de residências dos estudantes pesquisados



Fonte: Dados do SAA/UnB, 2015.

Como se percebe a distribuição é equitativa, de modo que em todas as regiões encontramos entre 1 a 3 alunos residentes. A maioria dos sujeitos pesquisados são mulheres, um número bastante significativo como constatado no gráfico 2. Vale salientar que minha história de vida (memorial) retrata um pouco desta realidade.

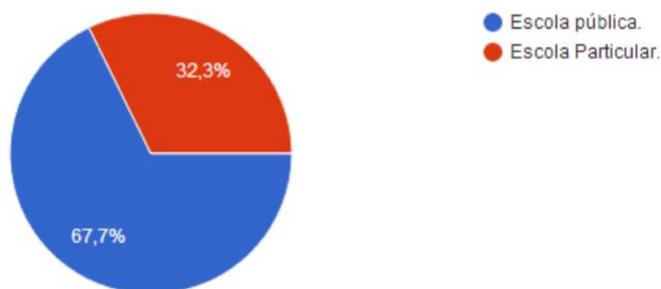
Gráfico 2. Sexo dos estudantes pesquisados



Fonte: Dados do SAA/UnB, 2015.

De acordo com o gráfico 3, maioria destes pesquisados estudaram durante a Educação Básica em escolas públicas e permaneceram durante a sua formação superior.

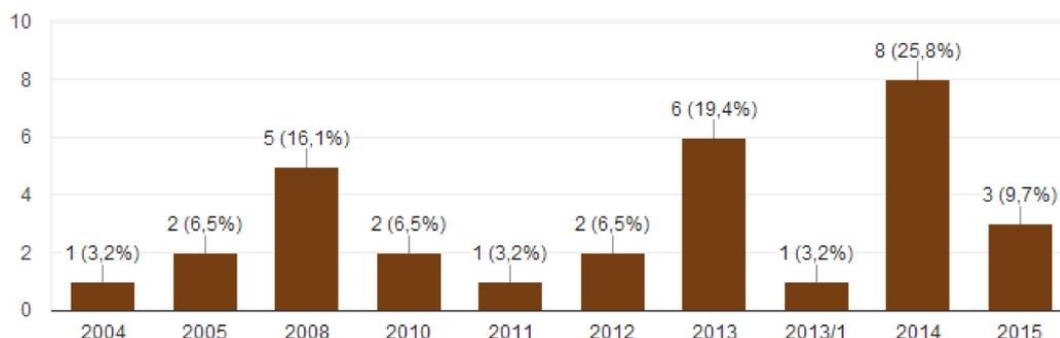
Gráfico 3. Escola onde estudou na Educação Básica



Fonte: Dados do SAA/UnB, 2015.

Os 31 sujeitos pesquisados entraram na Universidade de Brasília entre os anos de 2005 a 2015, sendo que o maior volume de cotistas que entraram no curso de Pedagogia ocorreu em 2014 (25%) como consta no gráfico 4.

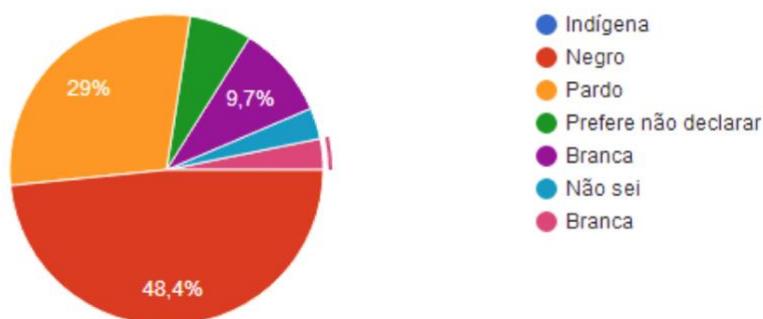
Gráfico 4. Ano de ingresso na UnB



Fonte: Dados do SAA/UnB, 2015.

Os pesquisados se consideram em sua maioria negros (48,4%), 29% pardos, 10,7% brancos e 11,9% não sabem ou não declararam. Vale salientar que o percentual daqueles que se dizem brancos é menor que aqueles que não sabem ou não querem declarar como constata o gráfico 5.

Gráfico 5. Etnia/Raça dos pesquisados



Fonte: Dados do SAA/UnB, 2015.

Mesmo sabendo que a entrada destes sujeitos no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília ocorreu por se autodeclararem PPI, há quem se declare branco. Esta afirmação é preocupante, tendo em vista que ou eles próprios não se reconhecem enquanto raça ou driblam o sistema se autodeclarando negro ou pardo para facilitar sua entrada no curso. Ressalva a ser feita, a Universidade ainda utiliza o termo PPI (Preto, Pardo e Indígena) para

autodeclaração de candidatos pleiteantes às vagas de cotas étnicas-raciais e assim este estudo o fez conforme está disposto no questionário da Universidade de Brasília.

Assemelhando-se a este instrumento, no questionário por nós elaborado e aplicado aos cotistas também fizemos uso desta nomenclatura, mas ao invés de utilizarmos o termo “Preto” utilizamos o termo “Negro”. A este respeito concordamos com Garcia (2011) ao afirmar que “seja pardo ou preto pertencem à raça negra”. Para completar encontramos em Santos, citado por Gomes (2012, p. 40), que:

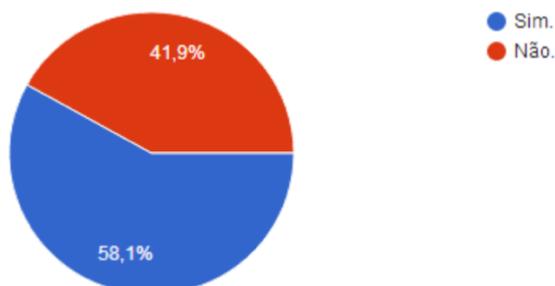
[...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum.

Diante dos dados coletados sobre os cotistas ingressantes no curso de Pedagogia, o SAA nos informou que o percentual de entrada na Universidade de Brasília ocorreu da seguinte maneira: por meio do vestibular (61,3%), 31,3% pelo PAS, 3,2% pelo Sisu e 3,2% pela segunda graduação. De posse de documentos emitidos pelo SAA onde já se sabia que todos os estudantes são cotistas, 58,1% se declararam cotistas enquanto 41,9% declaram não cotistas. Este fato demonstra que a questão de raça é delicada a ponto do próprio contemplado negar a sua condição de cotista racial. Por outro lado, pode ser a metodologia adotada pela UnB que não dá visibilidade aos contemplados com as cotas, inserindo-os naturalmente no contexto acadêmico, o que é bastante positivo.

Vale salientar que 67,7% dos estudantes pesquisados afirmaram conhecer esta política e 32,3% desconhecem-na. Ou seja, de todos os entrevistados cotistas, pouco mais da metade conhecem e usufruem das políticas de cotas e menos da metade, mesmo sendo comprovadamente cotista, dizem desconhecer e não utilizar desta política. Provável erro do sistema.

Os dados constataam que pouco mais da metade está inserido no mercado de trabalho como demonstra o gráfico 6.

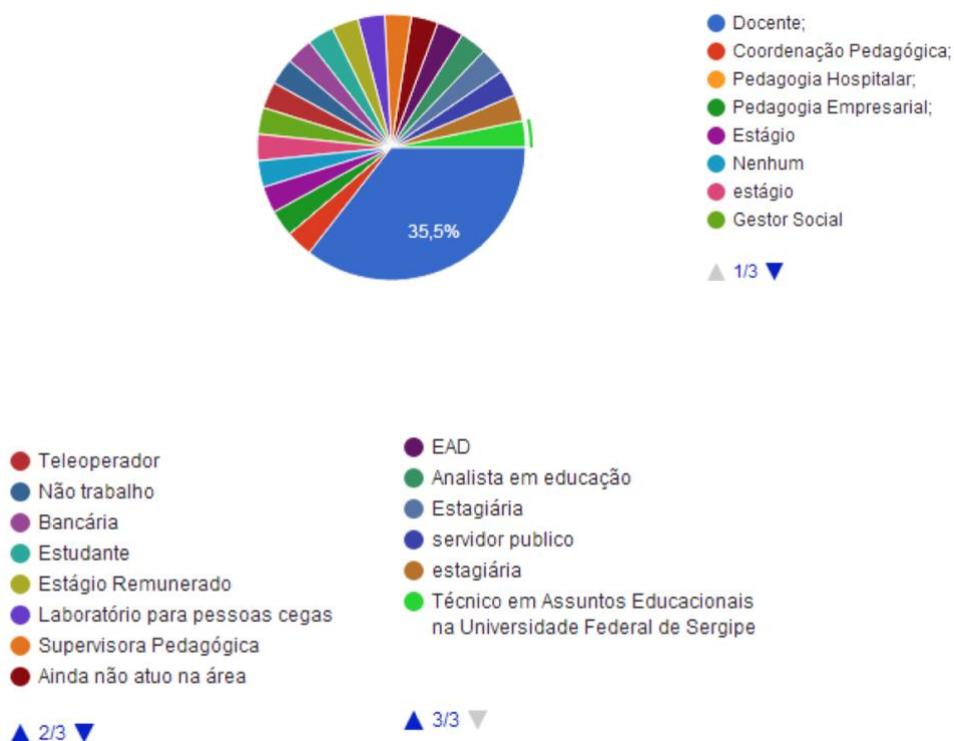
Gráfico 5. Inserção no Mercado de trabalho



Fonte: Da autora.

Do total dos pesquisados que estão inseridos no mercado de trabalho estão assim profissionalmente distribuídos (Gráfico 6):

Gráfico 6. Atuação profissional



Fonte: Da autora.

Destes, 35% atuam como docente no Distrito Federal ou em outros Estados do país. A seguir apresentamos uma síntese dos seus principais campos de atuação:

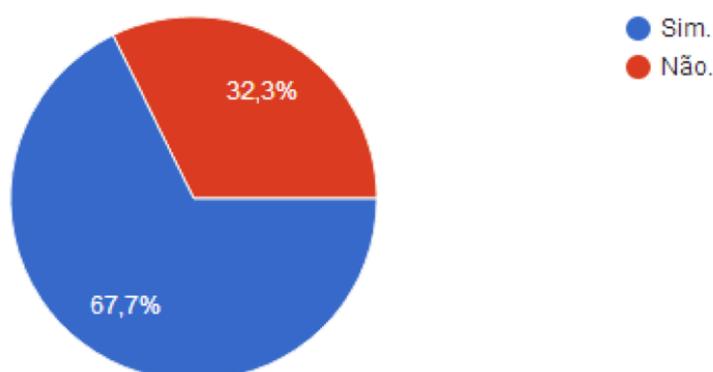
- 35,5% na docência;
- 3,2% como Pedagogo Empresarial;
- 3,2% como coordenador pedagógico;
- 38,4% em varias outras atividades;
- 19,7% não trabalham em empregos formais ou são desempregados.

Como se percebe, o curso de Pedagogia oportunizou a estes pesquisados inserção no mercado de trabalho principalmente no campo da Pedagogia como professor ou especialista pedagógico em diferentes setores da sociedade.

### 3.2. Sobre as políticas de cotas raciais da Universidade de Brasília

Os cotistas pesquisados, apenas 67,7% demonstraram conhecer a política de cotas da Universidade de Brasília como destaca o gráfico 7.

*Gráfico 7. Sobre a política de cotas raciais da Universidade de Brasília*



*Fonte: Da autora.*

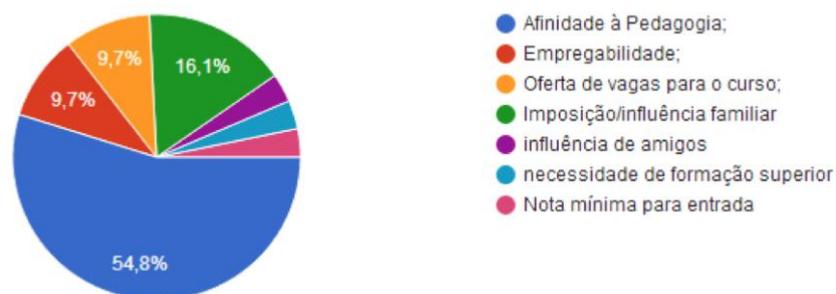
Sobre isto, lhes pedimos que explicassem a finalidade da política de cotas na UnB. Os estudantes afirmaram:

- Trata-se de um pagamento da dívida histórica para com os negros (C5);
- É um processo seletivo para diferenciar raça e condição social de acesso à universidade (C8);
- Amenizar as desigualdades sociais (C3);
- Democratização do acesso à universidade pública (C11).

### 3.3. Opção pelo curso de Pedagogia

Indagamos os pesquisados sobre a escolha de seu curso. A maioria deles afirmou ser a Pedagogia o primeiro curso (54,8%) enquanto 45,2% afirma que não foi sua primeira escolha (Gráfico 8).

Gráfico 8. A escolha pelo curso de Pedagogia da Universidade de Brasília



Fonte: Da autora.

A afinidade à Pedagogia e a influência familiar foram os mais importantes motivadores da escolha profissional. A este respeito encontramos em estudos de Borges (2016) que a influência familiar na decisão sobre a escolha profissional ocorre muitas vezes de modo equivocado ou contrário ao desejo do cursista. Para as famílias, ser professor não é a profissão desejada, mas, cursar Direito ou Medicina.

Os pesquisados, quando estudantes de Pedagogia, estavam assim distribuídos no curso conforme a tabela 2:

Tabela 2. Distribuição de estudantes cotista da UnB entre 2004 a 2015 (Curso de Pedagogia)

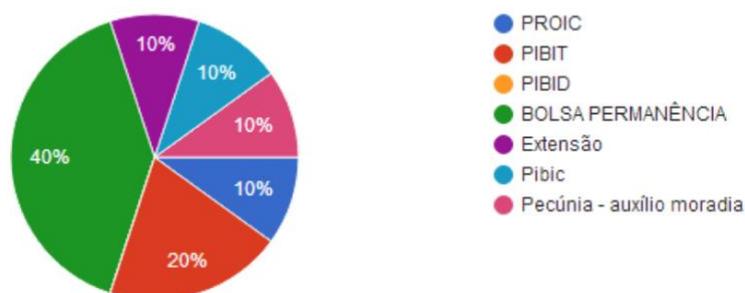
Nº DE ESTUDANTES COTISTAS			
Distribuição por Turno	Diurno	Noturno	
	155	103	
Gênero	Feminino	Masculino	
	188	63	
Forma de Ingresso	Vestibular	Sisu	PAS
	250	6	2
Desligados	Total	Feminino	Masculino
	22	7	15
Total	258		

FONTE: SAA/UnB, 2015

Como se constata na tabela, a distribuição de cotistas por turno é equilibrada embora a maioria se identifique como sendo do sexo feminino.

Durante o curso de graduação 32,3% destes estudantes receberam algum tipo de bolsa, mais especificamente, Bolsa Permanência, como destaca o gráfico 9.

Gráfico 9. Bolsista



Fonte: Da autora.

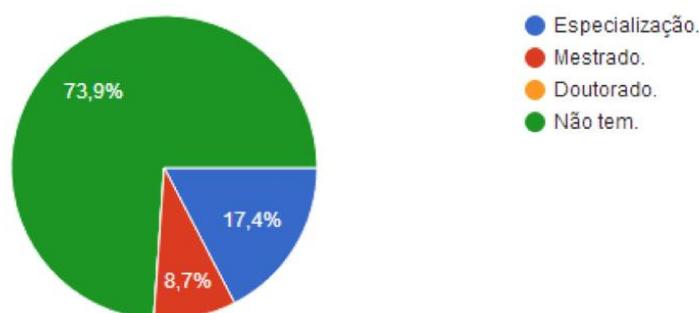
Os 32% dos estudantes que receberam bolsas durante a graduação, a maioria teve Bolsa Permanência ou pecúnia, o que indica um índice considerável de pobreza, haja vista que estes tipos de bolsas são exclusivas para estudantes carentes como consta a legislação. Por outro lado, é de estranhar o percentual de 10% para cada tipo de bolsas de iniciação científica, de iniciação à docência ou de extensão.

Este programa na Universidade de Brasília refere-se a ajuda financeira para custear parte de sua permanência no curso, minimizando as dificuldades

frente a transporte e manutenção dos custos com o material de estudo. A alimentação não entra nesta lógica, pois existe outro programa exclusivamente para atender aos estudantes carentes.

Questionados sobre a sua formação continuada, os egressos afirmaram que (Gráfico 10):

Gráfico 10. Formação continuada



Fonte: Da autora.

Como se percebe, mesmo promovendo a inclusão social e acadêmica, os egressos não conseguiram dar continuidade a sua formação continuada. Apenas 8,7% alcançaram o mestrado e 17,4% especialização e a maioria (73,9%) ainda não conseguiu dar continuidade aos estudos. O que significa que esta política de ações afirmativas ainda não atingiu o nível de pós-graduação *lato e strito sensu*.

Portanto, investigar esta temática ainda é muito delicado e os dados um tanto difíceis de encontrar diante do trato ético em relação a coleta de dados. Como se percebe esta política de “cotas” favoreceu principalmente a entrada na Universidade de Brasília pela via do vestibular (250), enquanto 8 aprovados via Sisu e PAS. Dos 100% (258) dos estudantes cotistas ingressantes na UnB entre 2004 a 2015, 8,4 % (22) dos cotistas foram, de algum modo, desligados do curso sendo a maioria do gênero masculino. Até a conclusão deste estudo, não se soube as razões de tal desistência e quantos concluíram o curso. Esta problemática é um forte tema que pretendo pesquisar em minha formação continuada.

Enfim, mesmo considerando esta política de Ações Afirmativas na Universidade de Brasília de grande importância pelo seu caráter inclusivo, ainda é pouco conhecida, destarte necessita de maior difusão. No entanto entendemos ser fundamental redimensionar a forma de seleção destes candidatos de modo a garantir o direito do estudante negro. O tema ainda se encontra em discussão, mas não se deve descuidar de que num futuro próximo tais questões ainda sejam modificadas e a maneira de implementação e as partes envolvidas serem substituídas e alteradas.

Cabe a cada um de nós e a sociedade como um todo, lutar pela garantia deste direito.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos nos levaram a situar a política de ações afirmativas na Universidade de Brasília e o pioneirismo desta universidade em consolidar uma política de tamanha monta para o povo brasileiro e sua história. Estes dados nos apontaram para as primeiras análises visando responder ao objetivo geral: analisar as contribuições da Política de Ações Afirmativas e sistema de cotas para a formação do pedagogo da UnB.

Diante dos estudos realizados desde 2014 sobre os egressos cotistas do curso de Pedagogia, constou-se que os estudantes declarados ingressantes pelo sistema de cotas raciais pelo SAA/UnB, quando da efetivação de sua matrícula, não se reconhecem negros, o que nos parece paradoxal. Certamente este fato se constitui em um problema de ética e se deve a liberdade que o interessado possui em declarar sua raça retirando de outros a oportunidade de entrada na UnB considerando que há um percentual de entrada por cotas. Ou por outro lado, o candidato a cotista ao entrar no curso, não se reconhece mais como negro ou ainda a própria universidade lhe insere de modo tal que o sujeito se sente respeitado naquele ambiente social.

Outro aspecto que os entrevistados desconhecem é a política de cotas da Universidade de Brasília. O que parece é que eles respondem ao quesito pelo “senso comum”. Na verdade, desconhecem completamente a finalidade e a característica da política de Ações Afirmativas proposta. Verificou-se que partes destes sujeitos ainda não estão inseridos no mercado de trabalho ou atuam em outros setores que não sejam vinculados a educação.

Portanto, o curso de Pedagogia, desde 2004 tem absorvido um número significativo de cotistas, seja pelo vestibular, pelo Sisu ou pelo PAS. O importante é que o índice de desistência é pequeno em relação ao volume de estudantes que permanecem no curso. Sabe-se, também que as mulheres são em maior número na entrada e permanência no curso. Muito já se discutiu sobre as cotas: sua constitucionalidade, sua importância histórica, sua legitimidade. Buscou-se neste trabalho um outro olhar sobre o tema: saber através da perspectiva do sujeito observando o seu discurso com ênfase no que a teoria propõe. Vale salientar que minha história de vida, retratada no

início deste trabalho, configura significativamente a força da Política de Ações Afirmativas na Universidade de Brasília.

### **Perspectivas profissionais**

A Universidade de Brasília me proporcionou o que sempre almejei, não apenas o status de estudar numa das melhores Universidades da América Latina. Trabalhar com crianças e fazer parte do aprendizado delas me fez sentir orgulho de ter mudado o rumo da minha vida, mudar o que estava pré-determinado e ser motivo de empoderamento e representatividade. Eu denomino as cotas de uma “Brincadeira” que eu fazia com os meus alunos. Eu cantava e “cutucava” meus alunos que pareciam cansados e desmotivados durante algumas aulas para ver se eles reagiam e se animavam.

Foram oito tentativas para ingressar em um curso da UnB, sete por sistema de ampla concorrência e por pouco, muito pouco, questão de dois pontos, não ingressei. Felizmente na oitava tentativa entrei pelo sistema de cotas. Lembro-me do entrevistador perguntando-me o por quê somente naquele momento eu optei por cotas. Lembro que respondi porque eu era negra. Então, compreendi que o meu preconceito, a minha falta de conhecimento prejudicava apenas a mim mesma, pois as cotas não tem a ver com a capacidade intelectual ou a falta dela. Não é um favorecimento, não é apenas ser negro, é ter orgulho de ser, poder ser e gostar ser. Espero que o momento após UnB eu possa me tornar exemplo à minha família, amigos e comunidade. Que eu consiga despertar em um irmão negro o empoderamento que eu despertei em mim.

As “patroas” da minha mãe sempre diziam que eu tinha que estudar para que em algum dia eu pudesse ocupar o lugar dela como doméstica, não desmerecendo a profissão, pois foi com esta profissão que minha mãe criou e sustentou sozinha os seus filhos. Hoje sou grata pelo “incentivo” e que não vai dar para ocupar o lugar da minha querida mãe, pois serei (já me sinto com este trabalho) uma grande ativista de empoderamento principalmente das mulheres negras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marilise Miriam de Matos. **Grupo Interministerial de Trabalho**. Brasília: GTI, 2007.

ARRETCHE, Marta. **Trajectoria das desigualdades Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Unesp; CEM, 2015.

BORGES, Virgínia Honorato Burffman. **A atratividade da carreira docente sob a ótica dos cursistas de Pedagogia/UnB**. Brasília: PPGE/FE/UnB, 2016.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

DIAS, Paulo Martins. **A Ideologia do branqueamento na educação e implicações para a população negra na sociedade Brasileira**. 2014. Disponível em:

<http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/viewFile/101/94>

[Acessado em 03 nov.2017.](#)

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/renisia.pdf> Acessado em 01 nov.2017.

\_\_\_\_\_. **Raça e classe na gestão da Educação Básica brasileira**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos presentes no debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão**. 2012. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns->

[termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-](#)

[Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf](#)

Acessado em: 01

nov.2017.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, n. 117, São Paulo, nov./2002. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-)

[15742002000300011.](#)

OLIVEIRA, Lucillana Lua Roos de. **Aspectos Juridicos Polemicos do sistema de Cotas da Universidade de Santa Catarina**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33711-43860-1-PB.pdf>

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33711-43860-1-PB.pdf>.

Acessado em Jul. 2017.

SABINO, Luiza. **Igualdade x Equidade: Cotas Raciais**. 2016. Disponível em:

<https://desconstrucaodiaria.com/2016/06/26/igualdade-x-equidade-cotas->

[raciais/](https://desconstrucaodiaria.com/2016/06/26/igualdade-x-equidade-cotas-). Acessado em: 01 nov.2017.

STEIL, Carlos Alberto. **Cotas raciais na universidade: um debate**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

## APÊNDICE

### Termo de Consentimento

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Política de Ação Afirmativa e Sistema de cotas no Brasil: sua influência na formação dos cursistas de Pedagogia da UnB”. Esta investigação faz parte da pesquisa de mestrado realizada pela graduanda Júnia Luz de Souza, coordenada pela professora Otília Maria A. N. A. Dantas. O objetivo deste estudo visa averiguar o percurso formativo dos estudantes de Pedagogia da Universidade de Brasília, se em 10 anos de implementação da política de cotas na UnB aumentou significativamente a quantidade de negros estudantes, o índice de evasão, o índice de desenvolvimento acadêmico. Esperamos que este trabalho possibilite vislumbrar possibilidades de inserção social e acadêmica dos pesquisados no sentido de oportunizar lhes a autonomia, o exercício da cidadania e a emancipação. Sua participação nesta pesquisa consistirá em: coleta de informações por meio de um questionário. São perguntas, em sua maioria de múltipla escolha. Abaixo há a pergunta se aceita participar desta pesquisa, em caso afirmativo, o pesquisado cederá os direitos ao pesquisador para o uso das informações que serão analisadas na pesquisa, bem como as publicações advindas desse processo. A qualquer momento você pode desistir de participar. Para isso apenas nos informar, pois desta forma os dados serão desconsiderados. Sua recusa não trará qualquer prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. As informações obtidas serão analisadas em conjunto pelos pesquisadores, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Para qualquer esclarecimento, seguem os contatos das pesquisadoras: Otília Dantas (otiliadantas@unb.br); Júnia Luz de Souza ( jluzdesouza@gmail.com );

**Questionário aplicado ao corpo discente do Curso de Pedagogia-UnB disponível no link: <https://goo.gl/forms/TTGXVHCrpyyvurE92>**

## **I – IDENTIFICAÇÃO**

1. Nome

completo: \_\_\_\_\_

–

2. Ano de ingresso na UnB: \_\_\_\_\_

3. E-mail:

\_\_\_\_\_

4. Em qual Região Administrativa do DF você reside?

\_\_\_\_\_

5. Sexo: (...) M (...) F Idade: \_\_\_\_\_

6. Como você se declara ...

- Indígena
- Negro (Preto)
- Pardo
- Prefere não declarar

7. Em que ano concluiu o Ensino Médio? \_\_\_\_\_

7.1 (...) Escola Pública

(...) Escola Privada

8. Forma de entrada no Ensino Superior:

- PAS
- ENEM
- Cotas Sociais/Raciais
- Vestibular
- PIE ( Pedagogia para professores em início de escolarização)
- SISU
- Transferência facultativa

9. Qual seu estado civil?

(...) Solteiro

(...) Casado

(...) União Estável

10. Qual a Renda familiar?

- 1 a 2 salários mínimos
- 3 a 5 salários mínimos
- 5 a 8 salários mínimos
- 10 a 12 salários mínimos
- Mais de 13 salários mínimos

11. O seu salário é a principal fonte de renda de sua família? (...) Sim

(...) Não

12. Está inserido no mercado de trabalho?

(...) Sim

(...) Não

12.1 Atuação Profissional:

(...) Docente

(...) Coordenação Pedagógica

(...) Pedagogia Hospitalar

(...) Pedagogia Empresarial

(...) Outra atuação Profissional \_\_\_\_\_

13. Durante o ensino médio, você se considerava um aluno:

(...) Ruim

(...) Regular

(...) Bom

(...) Ótimo

14. A política/ programa você sabe explicar como funciona?

(...) Sim      (...) Não

14.1 Se a resposta for sim, qual o seu entendimento sobre o assunto?

15. O curso de Pedagogia foi sua primeira opção no vestibular?

(...) Sim

(...) Não

17. Caso a resposta tenha sido negativa, qual foi a sua primeira opção?

---

---

18. De que maneira ocorreu a sua escolha profissional (Graduação)?

(...) Afinidade à Pedagogia

(...) Empregabilidade

(...) oferta de vagas para o curso

(...) Imposição familiar

(...) Outros: \_\_\_\_\_

---

19. Foi/ É bolsista?

(...) Sim

(...) Não

19.1 Caso a resposta seja sim:

- PROIC
- PIBIT
- PIBID
- BOLSA PERMANÊNCIA
- PIBIC
- OUTRAS

20. Formação Continuada:

(...) Especialização

(...) Mestrado

(...) Doutorado

.

Gráficos das pesquisas:

